



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 09/12/2025

1    Aos nove dias, do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte e cinco,  
2    em convocação para a realização da reunião Ordinária do Conselho  
3    Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS.RJ), no período das treze às  
4    dezessete horas, no Auditório do Centro Administrativo São Sebastião  
5    (CASS – Subsolo), situado à Rua Afonso Cavalcanti, 455, Bloco I – Sede  
6    da Prefeitura, reuniram-se pelo segmento dos Usuários: conselheira  
7    titular Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de  
8    Distrofia Muscular – ACADIM), conselheiro titular Abílio Valério Tozini e  
9    seu suplente Antônio Sérgio Gomes Soares (Federação das Associações  
10   dos Moradores do Município do Rio de Janeiro – FAM-RIO), conselheira  
11   titular Gabriella Santoro da Silveira Machado (Associação de Doulas do  
12   Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS-RJ), conselheiro titular Rene  
13   Monteiro de Almeida Júnior (Grupo Pela Vidda - GPV/RJ), conselheira  
14   titular Simone Menezes Damasceno (Sindicato dos Trabalhadores das  
15   Universidades Públicas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro –  
16   SINTUPERJ), conselheiro titular e presidente Osvaldo Sérgio Mendes e  
17   sua suplente Maria de Fátima Gustavo Lopes (Sindicato dos  
18   Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social no Estado do Rio  
19   de Janeiro – SINDSPREV/RJ), conselheira titular Sônia Bauer Gomes da  
20   Silva (Associação Carioca dos Diabéticos – ACD), conselheira titular Diva  
21   Kort Kamp de Azevedo e sua suplente Maria Edileusa Braga Freires  
22   (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1), conselheira titular Nancy dos  
23   Santos Senhor (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2), conselheira titular  
24   Maria Rosilda Pereira de Azevedo Moreira (Conselho Distrital de Saúde da  
25   AP 3.1), conselheira titular Maria Angélica de Souza (Conselho Distrital de  
26   Saúde da AP 3.2), conselheira titular Ângela Maria Alves Barbosa  
27   (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3), conselheiro titular Reinaldo da

28 Costa Pereira da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0),  
29 conselheiro titular Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de  
30 Saúde da AP 5.1), conselheiro titular Wagner Pereira da Silva (Conselho  
31 Distrital de Saúde da AP 5.3); pelo segmento dos Profissionais de Saúde:  
32 conselheira suplente Mônica Valéria Porto Neves (Sindicato dos  
33 Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ),  
34 conselheiro titular Hélio Dellatorre da Costa (Sindicato dos Enfermeiros  
35 do Município do Rio de Janeiro – SINDENFRJ), conselheira titular Cíntia  
36 Teixeira de Souza Silva (Sindicato dos Nutricionistas do Estado do Rio de  
37 Janeiro – SINERJ), conselheiro titular Tomaz Pinheiro da Costa e seu  
38 suplente Sidney de Almeida Teixeira Junior (Sindicato dos Médicos do  
39 Município do Rio de Janeiro – SINMED), conselheira titular Haydee  
40 Barreto Lopes (Associação dos Funcionários do Instituto Nacional do  
41 Câncer – AFINCA), conselheiro titular Roger Soares de Oliveira (Sindicato  
42 dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia  
43 e Auxiliares de Terapia Ocupacional – SINFITO), conselheira titular  
44 Julienne de Freitas Parada (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de  
45 Janeiro – SINDPSI/RJ), conselheiro titular José Alexandre da Rocha  
46 Curvelo (Sindicato dos Cirurgiões-Dentistas no Estado do Rio de Janeiro)  
47 e pelo segmento dos Gestores/Prestadores de Serviços de Saúde:  
48 conselheira suplente Liliane Cardoso de Almeida Leal (Secretaria  
49 Municipal de Saúde – SMS), conselheira titular Luciana Soares Ribeiro  
50 (Secretaria Municipal de Saúde – SMS), conselheira titular Fabíola  
51 Andrade Rodrigues (Secretaria Municipal de Saúde – SMS), conselheira  
52 titular Vanessa de Almeida Ferreira Corrêa (Universidade do Rio de  
53 Janeiro – UNIRIO). COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS - Presidência do  
54 Conselho: conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes. Rene Monteiro de Almeida  
55 Junior (Substituto do Presidente).Comissão Executiva: - Usuários: conselheiros  
56 Rene Monteiro de Almeida Júnior, Ângela Maria Alves Barbosa, Maria Rosilda  
57 Pereira de Azevedo Moreira e Victor Yuri de Oliveira. Profissional: conselheiros  
58 Roger Soares de Oliveira e Lucimar Oliveira do Nascimento. Gestor/Prestador:  
59 conselheira Luciana Soares Ribeiro e Liliane Cardoso de Almeida Leal.  
60 Controlador do tempo: conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior. Inscrições:  
61 conselheira Conselheira Maria Rosilda Pereira de Azevedo Moreira. Leitura da  
62 pauta: Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto. Moderador: Secretária

63 Executiva Lúlia de Mesquita Barreto. Pauta do Dia: **1) Deliberação** Ata da  
64 reunião de 11/11/2025 - 5 minutos; **2) Deliberação do Processo: SMS-PRO-**  
65 **2025/34796**. Descrição: Habilitação como Centro de Atendimento de Urgência  
66 Tipo I aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral, do Hospital Municipal  
67 Miguel Couto, CNES: 2270269, nos termos da Portaria de Consolidação nº 03,  
68 de 28 de setembro de 2017, Anexo III – Rede de Atenção às Urgências e  
69 Emergências, Livro II, Título VIII - da linha de cuidados em AVC e dos critérios  
70 de habilitação dos estabelecimentos hospitalares como centro de atendimento  
71 de urgência aos pacientes com acidente vascular cerebral (AVC), no âmbito do  
72 Sistema Único de Saúde (SUS); – AP 2.1 – 5 minutos; **3) Deliberação do**  
73 **Processo: SMS-PRO-2025/66602**. Descrição: Habilitação em Terapia Gênica,  
74 UFRJ/IPPMG – Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, em  
75 conformidade com a Portaria SAES/MS Nº 3.080, de 29 de julho de 2025.  
76 CNES: 2296616 – AP 3.1 – 5 minutos; **4) CMS.RJ**. Descrição: **Deliberar**  
77 paritariamente Comissão Organizadora para 15ª Conferência Municipal de  
78 Saúde – 10 minutos; **5) CMS.RJ**. Descrição: **Deliberar** paritariamente  
79 Comissão Eleitoral para eleger Comissão Executiva e Substituto do presidente  
80 (Mandato 2026) – 10 minutos; **6) S/SUBPAV/SAP/CST**. Descrição:  
81 **Apresentação e Deliberação** do Projeto de Habilitação do Cerest Zona Oeste  
82 – 35 minutos (25 minutos para apresentação e 10 minutos para  
83 esclarecimentos); **7) CISTT/CMSRJ**. Descrição: **Apresentação e Deliberação**  
84 do Plano de Ação CISTT para 2026 – 35 minutos (25 minutos para  
85 apresentação e 10 minutos para esclarecimentos); **8) SMS.Rio**. Descrição:  
86 **Apresentação e Deliberação** da Programação Anual de Saúde/PAS 2026 – 50  
87 minutos (30 minutos para apresentação e 20 minutos para esclarecimentos); **9)**  
88 **Informe** das Comissões do Conselho Municipal de Saúde RJ – 10 minutos; **10)**  
89 **Informe** do Presidente do Colegiado – 3 minutos; **11) Informe** dos Conselhos  
90 Distritais de Saúde (CDS) – 3 minutos para cada Colegiado Distrital; **12)**  
91 **Informe** da Secretaria Executiva – 3 minutos; **13) Informe** da Gestão da  
92 SMS.Rio - 3 minutos; **14) Informe** do Colegiado - 3 minutos por Conselheiro. **A**  
93 **Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro**  
94 **Sra. Lúlia de Mesquita Barreto**, às treze horas e trinta, dando início à reunião,  
95 após ter lido a **pauta**, colocou-a em votação, e constatou-se que foi aprovada  
96 por maioria simples. Dando continuidade, ela dá boas-vindas ao Coordenador  
97 da Metropolitana I, Sr. Jeronimo Sant'Anna, que veio participar da reunião, e

98 coloca em votação o **item 1** da pauta, deliberação da **ata de 11/11/2025**, que  
99 foi aprovada por maioria simples. Seguiu para o **item 2** da pauta, deliberação  
100 do **Processo: SMS-PRO-2025/34796**, que trata da habilitação como Centro de  
101 Atendimento de Urgência Tipo I aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral,  
102 do Hospital Municipal Miguel Couto na AP 2.1, e a **Secretaria Executiva do**  
103 **Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro Sra. Lúlia de Mesquita**  
104 **Barreto** reforça a informação de que o processo é encaminhado para o  
105 Conselho Distrital de Saúde, para que a equipe faça a visita, verifique  
106 informações, e faça o *checklist*, para então retornar ao Conselho Municipal de  
107 Saúde e ser encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde. **Uma pessoa no**  
108 **pleno** questiona quantos leitos constam no processo de habilitação, e o  
109 **conselheiro titular Abílio Valério Tozini (FAM-RIO)** informa que participou da  
110 redação do respectivo processo da AP 2.1, e explica que trata-se apenas da  
111 habilitação do serviço no Hospital Miguel Couto, que, não estava credenciado.  
112 A **Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro**  
113 **Sra. Lúlia de Mesquita Barreto** complementa que habilitar o serviço é ampliar  
114 um serviço que já é feito, e retoma a deliberação do Processo SMS-PRO-  
115 2025/34796, que foi aprovado por maioria simples, com 03 (três) abstenções.  
116 Em seguida, colocou em votação o **item 3** da pauta, deliberação do **Processo**  
117 **SMS-PRO-2025/66602**, que trata da habilitação em Terapia Gênica no Instituto  
118 de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, na AP 3.1. A **Secretaria**  
119 **Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro Sra. Lúlia**  
120 **de Mesquita Barreto** expõe que o presidente substituto, Luiz Claudio Pessoa  
121 dos Santos, fez a visita em comissão, que consta em ata, e foi aprovado pelo  
122 Colegiado do Conselho Distrital de Saúde do território, e reitera a luta de todos  
123 do Controle Social pelos serviços do SUS. Ela coloca o item 3 em votação, que  
124 foi aprovado por maioria simples, com 04 (quatro) abstenções. O **conselheiro**  
125 **suplente Sidney Almeida Teixeira Junior (SINMED)** solicita declaração de  
126 voto, é orientado que seja feita pelo conselheiro titular, conforme o Regimento.  
127 Em seguida, o **conselheiro titular Tomaz Pinheiro da Costa (SINMED)**  
128 solicita declaração de voto para expor que possui uma ligação com a  
129 Instituição, tendo em vista que fora diretor do IPPMG, e que, apesar de o  
130 processo ter passado pelo Conselho Distrital de Saúde, seu suplente fez a  
131 leitura do documento, e constatou que não foi inserido o *cheklist* das questões,  
132 e, portanto, fica temerário aprovar o processo sem o *cheklist*. A **Secretaria**

133 **Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro Sra. Lúlia**  
134 **de Mesquita Barreto** expõe que a declaração foi registrada, e que isso será  
135 verificado, e em seguida explica que na reunião de hoje é preciso deliberar a  
136 Comissão de Organização para a 15<sup>a</sup> Conferência Municipal de Saúde, que  
137 precisa acontecer entre janeiro e agosto de 2026, e reitera que também  
138 deverão ser realizadas as 10 Conferências Distritais de Saúde. Ela explica que  
139 a Comissão inicialmente será composta por 08 (oito) pessoas, sendo 04  
140 (quatro) usuários, 02 (dois) profissionais de saúde e 02 (dois) gestores, mas  
141 outras pessoas de fora podem ajudar na organização da conferência. A  
142 **conselheira suplente Maria de Fátima Gustavo Lopes (SINDSPREV/RJ)**  
143 esclarece que esses 08 representantes conselheiros irão abrir subcomissões,  
144 de relatoria, de infraestrutura, de financiamento, entre outras, em que diversas  
145 pessoas poderão participar e contribuir, entretanto, somente esses 08  
146 conselheiros ficarão “na linha de frente”. Ela exemplifica que quem estiver na  
147 subcomissão de relatoria poderá convidar a universidade, um amigo que gosta  
148 de relatar, sem limite de pessoas, mas desde que trabalhem, pois não é para  
149 assinar o nome para publicar em diário oficial e não comparecer a nenhuma  
150 reunião, não basta presença, é preciso dedicação no trabalho. O **conselheiro**  
151 **titular Roger Soares de Oliveira (SINFITO)** comenta que o Conselho Nacional  
152 de Saúde (CNS) se antecipou e já fez o chamamento para a conferência, que  
153 irá acontecer em 2027, as etapas municipais a partir de janeiro de 2026, e o  
154 Conselho Estadual já montou a sua Comissão Organizadora. Ele diz que, em  
155 sua opinião, o tema escolhido pelo CNS é meio esquisito para trabalhar na  
156 área da saúde, e que os Conselhos Municipais precisarão antecipar a  
157 convocação das Comissões Organizadoras, para justamente pensar em como  
158 trabalhar esse tema, tendo em vista que o Conselho Nacional ainda não lançou  
159 o documento orientador. Ele reforça que quem for participar dessa comissão  
160 deve estar preparado, pois haverá um processo de discussão muito complicado,  
161 a fim de compensar o tema proposto pelo CNS. A **Secretaria Executiva do**  
162 **Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro Sra. Lúlia de Mesquita**  
163 **Barreto**, complementando a fala de Roger, expõe que o tema da 18<sup>a</sup>  
164 Conferência Nacional de Saúde, “Brasil das Brasileiras e dos Brasileiros: SUS  
165 e Soberania – Cuidar do Povo é Cuidar do Brasil”, reforça a identidade e a  
166 soberania nacional do povo brasileiro, e que é apenas um resumo, extraído do  
167 site do CNS, pois o documento orientador da conferência ainda não foi

168 divulgado. Ela reitera que a etapa municipal acontecerá entre janeiro e agosto  
169 de 2026, a estadual e do Distrito Federal entre janeiro e abril de 2027, e a  
170 nacional em junho de 2027, então, de todos os Conselhos de Saúde, aquele  
171 com o prazo mais apertado é o municipal, e como o do Rio de Janeiro possui  
172 10 (dez) distritais, fica mais difícil ainda, e, portanto é preciso se organizar para  
173 isso. Dando continuidade, seguiu para o **item 4**, deliberar paritariamente  
174 Comissão Organizadora para 15<sup>a</sup> Conferência Municipal de Saúde, e a  
175 candidatura dos conselheiros Maria de Fátima Gustavo Lopes, Rene  
176 Monteiro de Almeida Júnior, Maria Angélica de Souza e Ângela Maria  
177 Alves Barbosa, do segmento Usuário, dos conselheiros Tomaz Pinheiro da  
178 Costa e Julienne de Freitas Parada, do segmento Profissional de Saúde, e  
179 das conselheiras Liliane Cardoso de Almeida Leal e Luciana Soares  
180 Ribeiro, do segmento Gestor/Prestador foi aprovada por maioria simples. A  
181 **conselheira suplente Maria de Fátima Gustavo Lopes (SINDSPREV/RJ)**  
182 retoma a fala, reforçando a informação de que o Presidente e a Secretaria  
183 Executiva do Conselho Municipal de Saúde darão apoio, e por isso não  
184 precisam ser eleitos. A **Secretaria Executiva do Conselho Municipal de**  
185 **Saúde do Rio de Janeiro Sra. Lúlia de Mesquita Barreto**, dando  
186 continuidade à ata, passou para o **item 5, deliberar** paritariamente Comissão  
187 Eleitoral para eleger Comissão Executiva e Substituto do presidente (Mandato  
188 2026), e explica que o mandato dos conselheiros é de 04 (quatro) anos, mas  
189 para a Comissão Executiva, os conselheiros só podem ficar por 02 (dois) anos  
190 consecutivos, conforme o Regimento e a Legislação. Ela exemplifica que  
191 alguns conselheiros que compõe atualmente a Comissão Executiva, como o  
192 Rene Monteiro de Almeida Junior e a Ângela Maria Alves Barbosa, que  
193 atuaram em 2024 e 2025, não poderão permanecer como membros em 2026.  
194 Lúlia explica que a deliberação de hoje é para formar a Comissão que fará a  
195 eleição da Comissão Executiva, de modo que, quem fizer parte da Comissão  
196 Eleitoral, não poderá se candidatar à Comissão Executiva, lembrando que é  
197 preciso manter a paridade, com 02(dois) usuários, 01(um) profissional de  
198 saúde e 01(um) gestor. Em seguida, a candidatura das conselheiras Ângela  
199 Maria Alves Barbosa, Nancy dos Santos Senhor, do segmento Usuário,  
200 Julienne de Freitas Parada, do segmento Profissional de Saúde e Fabíola  
201 Andrade Rodrigues, do segmento Gestor/Prestador para fazer parte da  
202 Comissão Eleitoral foi aprovada por maioria simples. Seguiu para o **item 6**,

203 **apresentação e deliberação** do Projeto de Habilitação do Cerest Zona Oeste<sup>1</sup>,  
204 e, após a apresentação, a Coordenadora de Promoção em Saúde do  
205 Trabalhador, Sra. Flávia Mello, e a Diretora do Cerest Zona Oeste, Sra. Simone  
206 Leite, abriram para perguntas. A **conselheira suplente Liliane Cardoso de**  
207 **Almeida Leal (SMS)** comenta que o primeiro desafio abrange as habilitações,  
208 montar a equipe e infraestrutura, mas um belo desafio que a Simone traz aqui é  
209 exatamente a capacitação dos profissionais. Ela afirma que é excelente que  
210 possamos trabalhar com pontos focais em todas as áreas, pois é essencial  
211 levar ao profissional o conhecimento de que ele necessita fazer a notificação  
212 para que se tenham dados consistentes para comprovar o trabalho do Cerest  
213 no município do Rio de Janeiro, e diz acreditar que após essa habilitação, virá  
214 a próxima, com certeza. Em seguida, o **conselheiro titular Abílio Valério**  
215 **Tozini (FAM-RIO)** expõe que é importante realmente examinar isso para que  
216 se possa voltar a ver a matriz atualizada das doenças ocupacionais, que se  
217 perdeu ao longo do tempo, e, nesse sentido, como agora a porta de entrada  
218 das consultas é feita através das Clínicas da Família, ele questiona como está  
219 a capacitação para os médicos e médicas, enfermeiros e enfermeiras, para  
220 enquadrar na Classificação Internacional de Doenças (CID) de forma correta,  
221 para poder saber se aquilo é uma doença ocupacional, ou não. A **Sra. Flávia**  
222 **de Andrade Mello (Coordenadora de Promoção em Saúde do Trabalhador)**  
223 responde que em todos os Cerests, dentro do planejamento de cada um deles,  
224 é preconizada a educação e a capacitação nas unidades de saúde para que se  
225 tenha esse olhar diferenciado para o trabalhador. Ela aponta que o desafio é  
226 grande, como dito pela conselheira Liliane, pois a rede é enorme, mas o  
227 município possui três Cerests com os pontos focais, que viabilizam esse  
228 trabalho. Flávia expõe que não está sendo possível ainda atingir 100% de  
229 todos os trabalhadores da rede, mas garante que, atualmente, todos os  
230 trabalhadores dos Cerests estão conversando, fazendo as oficinas, as  
231 capacitações, o que acaba repercutindo lá na Atenção Primária, onde é  
232 possível ver que os indicadores do número de notificação estão aumentando, e  
233 isso é importante, pois mostra o trabalho feito nos Cerests. A **conselheira**  
234 **suplente Liliane Cardoso de Almeida Leal (SMS)** expõe que os ciclos de

---

<sup>1</sup> Apresentação disponível em: <<https://saude.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/47/2025/12/Redefinindo-Novos-Territorios-em-Saude-do-Trabalhador-CEREST-Zona-Oeste.pdf>>

235 debates na Atenção Primária à Saúde (APS) abrangem o maior número de  
236 profissionais, e pode ser uma medida para agilizar o processo de capacitação  
237 dos profissionais da rede. O **conselheiro titular Abílio Valério Tozini (FAM-**  
238 **RIO)** sugere envolver os Conselhos Distritais de Saúde, e, através dos  
239 conselheiros, realizar seminários com os médicos, médicas e enfermeiros,  
240 porque isso tem que ir lá para o território, para o “chão”. A **conselheira titular**  
241 **Maria Angélica de Souza (CDS AP 3.2)** agradece pela apresentação,  
242 questiona para onde a Área de Planejamento 4.0 será direcionada, e em que  
243 momento haverá habilitação para atender a esse território, e expõe que faz  
244 parte da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora  
245 (CISTT). A **Sra. Flávia de Andrade Mello (Coordenadora de Promoção em**  
246 **Saúde do Trabalhador)** responde que já estão começando as articulações,  
247 pois se tem dialogado com o Ministério da Saúde, então está certo que em  
248 2026 será habilitado outro Cerest. A **conselheira suplente Maria de Fátima**  
249 **Gustavo Lopes (SINDSPREV/RJ)** expõe que sua maior preocupação é  
250 exatamente a AP 4.0, e pede que isso fosse abordado nas APs. 5.1, 5.2 e 5.3.  
251 Ela afirma que isso é uma luta de anos, que foram feitas duas conferências, a  
252 de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, e a de Gestão do Trabalho e da  
253 Educação na Saúde, que permitiram um aprendizado muito grande, e  
254 precisava desse plano para ser concretizado hoje, e reforça o anseio à equipe  
255 para que venha o 4º Cerest, mesmo apesar da AP 4.0 não possuir a população  
256 que o Ministério almeja. A **Sra. Flávia de Andrade Mello (Coordenadora de**  
257 **Promoção em Saúde do Trabalhador)** comunica que de fato há uma  
258 possibilidade, pois foi conversado com o Ministério da Saúde, e toda a equipe  
259 já está correndo atrás disso, pois logo estará no planejamento, dentro da  
260 Superintendência de Atenção Primária (SAP), da Saúde do Trabalhador, a  
261 realização desse projeto. Ela explica que acontecerá o mesmo processo  
262 realizado com a Zona Oeste, e que será preciso também articular muito com o  
263 Conselho Distrital de Saúde, para poder, de fato, estabelecer a saúde do  
264 trabalhador dentro desse território. Flávia diz que Simone está muito  
265 preocupada porque ela está pegando esse território [AP 4.0], e as APs 5.1, 5.2  
266 e 5.3, e reforça que será extremamente necessário o apoio do Conselho para  
267 levar um Cerest para dentro da Zona Sudoeste. A **conselheira titular Cíntia**  
268 **Teixeira de Souza Silva (SINERJ)** parabeniza o trabalho e a luta pela saúde  
269 do trabalhador, que por muitas das vezes várias gestões esquecem, e quem

270 sofre são os trabalhadores que estão lá na ponta, os trabalhadores  
271 terceirizados, especialmente na Zona Oeste. Ela expõe que, como  
272 consequência da conferência, que foi superpotente para o tema da saúde do  
273 trabalhador, na Zona Oeste, em especial Santa Cruz e Campo Grande, naquele  
274 polo industrial - que a gente acha que não existe fábrica metalúrgica ali, mas  
275 existe sim - está o povo que segue adoecendo. Portanto, os Conselhos  
276 Distritais e Municipal de Saúde precisam prestar apoio ao novo Cerest da  
277 região, para potencializar o projeto naquela área. Cíntia afirma que, para além  
278 dos Cerests, é necessário criar esse trabalho em rede, mas inclusive pela  
279 capacitação permanente dos profissionais, principalmente considerando que  
280 tem diversas empresas que seguem poluindo, com muitos acidentes de  
281 trabalho. Ela chama atenção para o fato de que infelizmente, nas contradições  
282 do mundo do trabalho, há uma enorme rotatividade de profissionais nos  
283 hospitais, e, por isso, não é possível capacitar hoje um grupo de trabalhadores  
284 que, daqui a dois anos, não estará mais ali, então isso é uma dificuldade, e é  
285 preciso problematizar essa realidade. A conselheira diz que, pela  
286 impossibilidade de se ter um trabalho com continuidade, devemos lutar pela  
287 permanência desses trabalhadores via concurso público, para que seja  
288 garantida a permanência desses servidores, reiterando que a educação  
289 permanente é fundamental para garantir que aquele Peão que sai da Terra, da  
290 Ambev, ou da Casa da Moeda, por exemplo, vá a uma emergência ou Clínica  
291 da Família, ou então peça alguma informação no CAPS, e consiga receber  
292 orientação dos profissionais de como entrar em contato com o Cerest. Ela  
293 sugere que o Conselho Municipal de Saúde disponibilize todos os contatos dos  
294 Cerests, não apenas nos grupos de Whatsapp, oriente os Sindicatos a lutar  
295 contra os adoecimentos da classe, pois os profissionais da saúde sofrem não  
296 apenas de transtorno mental, mas de acidentes de trabalho também. A  
297 conselheira reitera que é preciso propagar a informação sobre onde buscar  
298 ajuda, talvez por meio de uma cartilha, como foi proposto no Seminário de  
299 Saúde Mental, onde se exponha o papel dos Cerests, assim como dados de  
300 contato e endereço, e que seria fundamental encaminhar para as casas  
301 legislativas que fazem esse debate de saúde do trabalhador. O **conselheiro**  
302 **titular Roger Soares de Oliveira (SINFITO)** parabeniza a equipe pela  
303 excelente apresentação, e o município, pela proposta de abertura de mais um  
304 serviço que cuida do trabalhador, tendo em vista que na Conferência Nacional

305 de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora foi denunciada a precarização do  
306 trabalho, a dificuldade do trabalhador em se deslocar de sua casa para o seu  
307 local de trabalho, o adoecimento do indivíduo no seu ambiente de trabalho,  
308 então é preciso parabenizar quando o Cerest toma essa iniciativa. Ele comenta  
309 que se tem escutado por todo o Brasil que os Cerests hoje estão sucateados,  
310 que infelizmente muitos deles não têm autonomia para executar as ações, uma  
311 vez que, em muitos deles, quem está à frente às vezes não é capacitado, ou  
312 não tem a governabilidade para fazer as ações, por diversas questões  
313 envolvidas, principalmente do âmbito político. O conselheiro aponta para a  
314 importância da iniciativa da equipe de aproximar os Cerests do Controle Social,  
315 em especial da CISTT, uma comissão fundamental que pensa e discute o  
316 tempo todo a saúde do trabalhador, reiterando que é essencial a construção  
317 conjunta dos planos de trabalho, para que essa articulação seja efetiva. Roger  
318 diz que quando o Cerest propuser alguma ação e por algum motivo tiver algum  
319 impedimento ou dificuldade, o Controle Social está ali para dar o apoio, para  
320 cobrar que seja feito e que a lei seja cumprida, em prol do fim do adoecimento  
321 no ambiente de trabalho. Ele alerta também para a maior dificuldade que temos  
322 hoje, como dito por Cíntia, que são as capacitações, pois infelizmente, não há  
323 vínculo e estabilidade dos profissionais, o que leva ao cenário onde hoje o  
324 profissional é capacitado, e amanhã não é. Muitas vezes o trabalhador vai a  
325 uma unidade de saúde, e o profissional que está lá não realiza a notificação  
326 porque ele não sabe o que tem que fazer, pela falta de capacitação, então é  
327 preciso pensar em como será feita a educação permanente dos profissionais,  
328 porque tudo isso demanda tempo, recursos e estrutura. Roger reitera que todos  
329 do Pleno fazem parte do Controle Social, e estão aqui para fazer cobranças,  
330 mas também para construir alianças e trabalhar em união pela saúde de todos.  
331 Em seguida o **conselheiro titular Tomaz Pinheiro da Costa (SINMED)**  
332 parabeniza o trabalho, e questiona se não é importante ter um médico e um  
333 psicólogo na equipe para a Habilitação, pois a realidade mostra que os danos  
334 mentais acarretados por vários processos do trabalho são muito grandes. Ele  
335 diz achar que começa, inclusive, pela questão da percepção do trabalhador de  
336 a quem ele se refere, qual é a afiliação, e a terceirização também e muita  
337 insegurança, o que acarreta em danos mentais também. A outra questão diz  
338 respeito à notificação, que é um grande problema para todos os setores, e  
339 principalmente a notificação de acidentes de trabalho, porque não é uma coisa

que é habitual na nossa história. Ele aponta que o processo de notificação é baixo por inúmeros motivos, entre eles, os processos e os recursos para a notificação, pois os médicos da Atenção Primária e grande parte das equipes precisam atender um número de pessoas adscritas muito maior do que é previsto, então, sabemos, pela vivência dos colegas, que a notificação fica sempre uma coisa muito relegada, porque para preencher todos os dados daquele prontuário e tudo mais, que não transfere direto, e por isso é preciso ter uma visão crítica sobre esse aspecto, dos processos e dos recursos para a notificação. A **Sra. Flávia de Andrade Mello (Coordenadora de Promoção em Saúde do Trabalhador)** responde que a notificação não é uma ação exclusiva do profissional médico, pois todo profissional que atende a um trabalhador pode realizar a notificação. Além disso, é fundamental que o profissional de saúde tenha essa percepção de que o trabalho é determinante no adoecimento, então, por exemplo, quando o trabalho pode causar uma hipertensão arterial, um abortamento, uma lesão na pele, é essencial que o profissional que está ali atendendo o trabalhador questione qual a ocupação dele, pois isso pode ser um diferencial no acompanhamento, no tratamento desse paciente trabalhador. Ela expõe que todas essas questões estão sendo levadas pelos Cerests aos profissionais de saúde, para que se possa refletir, pois o paciente que entra na unidade é um potencial trabalhador, e é preciso entender que o trabalho é um determinante no adoecimento. Fávia explica que isso é uma virada de chave para a rede municipal de saúde do trabalhador e da trabalhadora, e para que essa rede efetivamente funcione, pois a saúde do trabalhador não está restrita ao Cerest, ela contempla o hospital sentinel, a Atenção Primária, os laboratórios, a universidade, todo aquele suporte de estar ali para dar conta dos riscos, dos agravos, das doenças às quais esses trabalhadores estão sendo expostos e acometidos no dia a dia. Ela diz entender que os profissionais de saúde têm muita demanda, mas reitera a importância de se perceber essa questão, de que o trabalho adoece. Flávia expõe que a equipe esteve em São Paulo juntamente com um grupo de Brasília, onde teve a oportunidade de conversar bastante sobre a questão da habilitação, comunica que no Cerest Zona Oeste tem um médico, mas não tem psicólogo, nos Cerests I e Zona Norte não há médico, mas tem psicólogo, então houve algumas conversas também sobre alguns Cerests não terem determinadas categorias profissionais, mas de acordo com o Ministério da

375 Saúde, isso não seria um impeditivo, pois é importante considerar as  
376 especificidades e os riscos de cada território, e, conforme as demandas  
377 identificadas, será possível alocar os profissionais necessários. Flávia  
378 esclarece que questionou todas essas questões, mas está escrito na norma  
379 que o Cerest Municipal e Regional têm que ter dez profissionais, sendo quatro  
380 de nível médio, sendo desses quatro de nível médio, dois auxiliares de  
381 enfermagem, seis de nível superior, sendo desses seis de nível superior, um  
382 profissional médico vinte horas, e isso não é impeditivo para a habilitação, mas  
383 é importante reforçar que todas as CAPs têm se debruçado muito para estar  
384 lotando os profissionais dentro desse Cerest, e estão buscando profissionais  
385 médicos e psicólogos para comporem as equipes. Em seguida a **conselheira**  
386 **titular Julienne de Freitas Parada (SINDPSI/RJ)** esclarece que não existe  
387 hierarquia entre as profissões, ou seja, um médico e um enfermeiro estão  
388 igualmente capacitados para o atendimento, não precisa ter um médico, pois  
389 um enfermeiro faz o serviço, inclusive, lá fora o enfermeiro pode ser  
390 anestesista também, mas infelizmente aqui a gente tem essa cultura de  
391 menosprezar uns. Ela questiona qual é o vínculo trabalhista dos profissionais  
392 que compõem os Cerests, pois, quando se fala que numa equipe falta  
393 psicólogo, e que já pediu para providenciar, é preocupante, pois geralmente  
394 essa providência acontece tirando da ponta, e a ponta fica desfalcada. O  
395 **conselheiro titular Ludugério Antônio da Silva (CDS AP 5.1)** diz que os  
396 companheiros do Conselho Estadual foram fundamentais na ajuda para que  
397 hoje fosse aprovado o Cerest Zona Oeste. Ele aponta que a CISTT Estadual  
398 teve diversas reuniões para discutir o Cerest, e destaca o papel essencial do  
399 Coordenador Geral de Atenção Primária da Área de Planejamento 5.1, Raphael  
400 Costa Pinto, e de Lúcia Regina Souza da Cruz nesse projeto, mas reitera que  
401 todos foram fundamentais nessa ajuda e que ninguém trabalha só, como Tadeu  
402 da Fiocruz, que sempre que alguém precisasse de alguma orientação, ele  
403 sempre estava pronto para ajudar e orientar. O conselheiro, mencionando a fala  
404 de Cíntia sobre o trabalho com a população, informa que já entrou em contato  
405 com todos os sindicatos da área para desenvolver esse trabalho juntos, e em  
406 seguida agradece e parabeniza todas as equipes, a Secretaria Municipal de  
407 Saúde, o Secretário Municipal de Saúde, todos que colaboraram direta e  
408 indiretamente, e a Dra Flávia Mello. Ele afirma que está aqui para cobrar, e  
409 ajudar a construir, sempre com respeito, mas cobrar para que as mudanças

410 aconteçam, e anseia pelo Cerest na Zona Sudoeste, declarando que irá ajudar  
411 nessa construção. Em seguida a **Sra. Flávia de Andrade Mello**  
412 (**Coordenadora de Promoção em Saúde do Trabalhador**) responde que os  
413 Cerests são todos compostos por servidores da rede, não havendo profissional  
414 contratado, e isso viabiliza, inclusive, as ações futuras, planejadas de inspeção,  
415 fiscalização, que estão programadas para os próximos anos, e agradece a  
416 oportunidade de estar aqui. **Rosangela Becker, Chefe do Serviço do Cerest**  
417 **zonas centro-sul RJ**, esclarece que a AP 2.1 já está sendo matriciada, a CAP  
418 2.1 já foi contatada e possui ponto focal, e explica que começou as atividades  
419 como chefe em junho de 2025. Ela reitera que já estão atuando na AP 2.1, que  
420 têm agendamento com o Hospital Miguel Couto, e estão esperando o retorno  
421 da Tris e do Bernardo, que são as pessoas responsáveis lá, para começarem a  
422 fazer o matrículamento da área, que ela [Rosangela] começou na AP 1.0. Ela  
423 passa seu contato, e propõe que possam atender a solicitação da conselheira  
424 Maria Edileusa, de realizar uma apresentação no território, entre janeiro e  
425 março de 2026. O **Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Rio de**  
426 **Janeiro Osvaldo Sérgio Mendes** agradece a equipe pela apresentação e  
427 conduz a votação, constatando aprovação por maioria simples, com 02 (dois)  
428 votos contrários. Em seguida ele anuncia a presença do Coordenador da  
429 Metropolitana I, Jerônimo Sant'Anna, e o convida para participar da Mesa, e o  
430 **Substituto do Presidente Rene Monteiro de Almeida Junior** comenta que é  
431 preciso olhar para a bandeira do Brasil, que vem com uma frase muito bonita  
432 “Ordem e Progresso”, justamente porque para ter progresso, precisa ter ordem,  
433 e reforça que, como todos os conselheiros mais antigos se lembram, sempre  
434 houve uma organização de que, após cada apresentação, são apenas cinco  
435 pessoas que se inscrevem para fazer pergunta, pois não é possível ter dez,  
436 quinze pessoas se inscrevendo, cada uma com três minutos de fala, pois é  
437 preciso entregar o auditório às 17h, e propõe que todos voltem à essa  
438 organização primordial, em que, após a apresentação, haverá apenas cinco  
439 inscrições. Prosseguiu para o **item 7** da pauta, **apresentação e deliberação**  
440 do Plano de Ação CISTT para 2026<sup>2</sup>, e, logo após a apresentação, o  
441 **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Osvaldo Sérgio Mendes**

---

<sup>2</sup>

Disponível em: <<https://saude.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/47/2025/12/Apresentacao-CISTT-no-CONSELHO-MUNICIPAL-DE-SAÚDE.pdf>>

442 convida o Secretário Executivo da Secretaria Municipal de Saúde, Rodrigo de  
443 Souza Prado, para compor a Mesa. O **conselheiro titular Roger Soares de**  
444 **Oliveira (SINFITO)** parabeniza a conselheira e informa que faz parte da CISTT  
445 do Controle Social e comenta sobre a dificuldade para fazer essa fiscalização  
446 em relação à saúde do trabalhador. Ele aponta que é importante essa  
447 organização, parabeniza a implantação de um novo Cerest, mas, enquanto  
448 Controle Social, existe essa angústia de procurar entender como e se o Cerest  
449 terá a competência, e irá garantir o acesso ao recurso que vem do Ministério da  
450 Saúde, pois se vê por aí afora que muitos Cerests têm essa dificuldade. O  
451 conselheiro comenta que se sabe que o recurso está lá, às vezes muitos  
452 gestores não utilizam de fato o recurso para as ações da saúde do trabalhador  
453 e a CISTT tem esse papel importante, que é ser como um controle social dos  
454 Cerests, ou seja, o papel de estar ali cobrando os Cerests para que realmente  
455 esse recurso seja investido nas ações da saúde do trabalhador, tendo em vista  
456 que a CISTT não é específica só da saúde, pois ela envolve todos os  
457 trabalhadores de todas as áreas, de todos os vínculos, formais e informais,  
458 domésticos, de todos aqueles trabalhadores. Ele complementa que, enquanto  
459 membro da CISTT estadual, se coloca à disposição para compor junto à  
460 Comissão municipal, ajudando nessa construção, e reforça que, como dito  
461 anteriormente, o Controle Social não está aqui para “botar o pé na porta da  
462 gestão”, mas sim para construir, em conjunto com a gestão, pois o plano de  
463 trabalho da CISTT precisa caminhar junto com o plano de trabalho do Cerest,  
464 para que se consiga fazer essa conexão, apesar de divergências na discussão,  
465 mas o importante é tentar chegar num consenso, porque quem vai estar se  
466 beneficiando é o trabalhador e a trabalhadora. A **conselheira titular Julianne**  
467 **de Freitas Parada (SINDPSI/RJ)**, aproveitando a presença do Secretário  
468 Executivo da Secretaria Municipal de Saúde Rodrigo de Souza Prado, destaca  
469 e lembra que há pouco tempo houve a Operação Contenção, e depois quem  
470 vai recolher os “cacos” da população são os servidores municipais, que estão  
471 precarizados, ou seja, o precarizado trabalhando para o precarizado. Ela  
472 aponta que existe uma lei municipal de 1991 que instituiu o PCCS, uma pauta  
473 antiga, e a Secretaria Municipal de Saúde se recusa a conversar sobre isso. A  
474 conselheira menciona também que o artigo 37 da Constituição Federal  
475 estabelece aumento de recomposição salarial todo ano, mas na gestão do  
476 Eduardo Paes obteve-se apenas um aumento de 5,8%, e que a Mesa de

477 Negociação é legal, não deve ser abandonada, e está abandonada desde 2023.  
478 Além disso, assinala que deambulatório não é para substituir ambulatório,  
479 todos os recursos de saúde mental são necessários, não adianta colocar um  
480 deambulatório para limpar fila, a população vai continuar precarizada. Seguiu  
481 para a votação do item 7, e foi constatado que o Plano da CISTT para 2026 foi  
482 aprovado por maioria simples, com 01 (uma) abstenção. Dando  
483 prosseguimento à reunião, passou para o **item 8** da pauta, apresentação e  
484 deliberação da Programação Anual de Saúde (PAS) 2026<sup>3</sup>, e, após a saudação  
485 ao Pleno e a apresentação, **o Secretário Executivo da Secretaria Municipal**  
486 **de Saúde Rodrigo de Souza Prado** agradeceu à equipe técnica do  
487 Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde e ao Conselho Municipal de  
488 Saúde pelo trabalho em conjunto em prol de uma saúde melhor para a  
489 população carioca, e comentou que 2025 foi um ano difícil, com um déficit  
490 orçamentário, principalmente em relação aos repasses estaduais, o que está  
491 dificultando muito o fechamento de orçamento esse ano. Ele complementa  
492 dizendo que conta com a ajuda do Conselho para encontrar soluções e ajustar  
493 esses problemas, anseia para que 2026 seja um ano melhor, e abre para  
494 perguntas. O **conselheiro titular Abílio Valério Tozini (FAM-RIO)**, em relação  
495 ao item 1.3.2, referente ao fornecimento de medicamentos nas farmácias,  
496 afirma que a falta de remédios é uma das maiores reclamações da população e  
497 comenta que são reservados 90 milhões, de modo que a licitação feita pelo  
498 município é baseada em uma tabela definida pelo Ministério da Saúde, que  
499 propõe um valor sempre abaixo do que laboratórios possam fornecer. Ele  
500 expõe que isso precisa ser revisto, pois há muita reclamação de pacientes que  
501 são atendidos, e quando vão pegar a medicação, não tem. Em relação ao item  
502 1.6.1, sobre prevenção da dengue, Abílio diz ter cobrado uma interação melhor  
503 entre a Secretaria Municipal de Saúde com a Comlurb, para garantir a limpeza  
504 das áreas próximas à comunidade, tendo em vista que casas abandonadas são  
505 potenciais criadouros de mosquitos, e percebe que essa articulação não tem  
506 acontecido. Sobre o item 1.10, cuidado odontológico, o conselheiro aponta que  
507 é uma grande fonte de reclamação da população, e, no que tange ao item 1.17,  
508 sobre a questão das especialidades, foi mencionado o valor simbólico de 1 mil,  
509 que será revisto futuramente, e questiona como a SMS irá conseguir dinheiro,

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://saude.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/47/2025/12/PAS-2026 - CONSELHO-MUNICPAL-DE-SAUDE.pdf>>

510 se acontecerá por meio de emendas parlamentares, pois a demora de  
511 atendimento especializado é outra importante fonte de reclamação das  
512 pessoas. Em relação ao item 1.22.1, Abílio diz entender que há ligação com o  
513 SISREG, pois foi dito que a fila de espera terá redução de alguns dias,  
514 entretanto a fila de espera é bem maior do que os dados projetados na  
515 apresentação. O conselheiro solicita explicação sobre o item 1.24, que trata da  
516 questão da ressocialização, e questiona, sobre o item 3.1.1, que trata da  
517 Atenção Primária, denunciando que, apesar do valor significativo, sabe-se que  
518 tudo será feito com trabalhadores terceirizados. Ele diz, como usuário, que é  
519 um ponto muito frágil todo o atendimento da Atenção Primária ser realizado por  
520 profissionais terceirizados, no lugar de servidores concursados, e questiona a  
521 porcentagem do atendimento à população em situação de rua, que sofre de  
522 questões de saúde mental, aumentar somente de 44% para 50%, pois isso  
523 significa que a metade desta população vulnerável permanecerá na rua. Para  
524 concluir, o conselheiro afirma compreender a importância do Conselho  
525 Municipal de Saúde analisar detalhadamente esse planejamento anual, e tece  
526 críticas à ausência dessa análise nos Conselhos Distritais de Saúde para  
527 garantir efetiva participação da população, e à metodologia de apresentação e  
528 deliberação, uma vez que os conselheiros vieram para uma apresentação de  
529 cerca de 50 minutos, para levantar a mão e aprovar ou não, mas não há  
530 interação, não há discussão e debate. Ele diz sentir-se desconfortável em  
531 participar do Conselho Municipal de Saúde com essa forma de trabalhar, pois  
532 queria de fato debater, discutir, ver os Conselhos Distritais de Saúde discutindo  
533 nas unidades o que precisa ser aperfeiçoado, para concluir essa planilha de  
534 custo, e afirma que já fez essa reivindicação no ano passado, e por isso está  
535 repetindo a reivindicação de que a participação popular seja de fato mais  
536 concreta, e não apenas um “aprova ou não aprova”. O **Secretário Executivo**  
537 **da Secretaria Municipal de Saúde Rodrigo de Souza Prado** respondeu que  
538 há dois problemas em relação às farmacêuticas, sendo um o medicamento  
539 entregue, que sempre tem uma dificuldade e expectativa na realização das  
540 compras. Ele explica que foi aprovado o projeto pelo Dr. Daniel Soranz na  
541 Câmara dos Deputados, e homologado pelo presidente Lula, que vai modificar  
542 totalmente as compras para a saúde no país, de modo que não é preciso 5 mil  
543 prefeituras para licitar Dipirona, então serão avaliados os melhores preços  
544 dessas licitações para aderir a essas compras. Ele expõe que há regras para

545 adesão, prazo de pagamento, o que não é tão simples, mas é algo que tem-se  
546 muita expectativa de melhora nesse processo, mas também muito fracasso.  
547 Rodrigo complementa que tem expectativas para o ano de 2026 com esse  
548 projeto, reiterando que haverá um processo adaptação e adequação para esse  
549 novo molde de licitação, e expõe que no município há problema de recurso,  
550 pois o Estado não repassa um cofinanciamento de medicamentos já há três  
551 meses. Ele afirma que a Prefeitura do Rio já entrou na justiça e já ganhou  
552 algumas causas, alerta que o Estado deve 1 bilhão de reais à Prefeitura, sendo  
553 300 milhões só no ano de 2025, e esclarece que não falta recursos no Estado,  
554 pois Duque de Caxias e Nova Iguaçu receberam, em 2025, respectivamente,  
555 500 milhões e 400 milhões de reais, enquanto o Rio de Janeiro recebeu  
556 apenas 40 milhões de reais, que, dividindo pela população, tem-se 10 reais per  
557 capita, e reitera que esses dados são públicos. Rodrigo reforça que há muitos  
558 desafios, mas ao mesmo tempo tem muita esperança que, com esse projeto,  
559 as coisas melhorem. Em relação à ação de prevenção contra a dengue, ele  
560 explica que a rede de vigilância em saúde faz um trabalho interessante e que a  
561 Comlurb já faz parceria com a Saúde, principalmente para entrar em terrenos  
562 abandonados, e expõe que são feitas, em média, por ano, mais de 10 milhões  
563 de visitas e procedimentos, então é preciso entender se está tendo algum  
564 problema local, e ver com as CAPs onde a Comlurb poderia estar interagindo  
565 mais, mas lembrando que ela é uma empresa que tem sido muito parceira. Em  
566 relação à ação de bucal, Rodrigo afirma que a SMS nunca entregou tanta  
567 prótese dentária quanto nesse ano, pois houve muito investimento, trabalho  
568 com fluxo digital, referência em todo o Brasil, que acelera a confecção da  
569 prótese, e consequentemente a entrega para a população, em menos consulta  
570 e com uma qualidade até mais interessante do que a convencional, então a  
571 Secretaria tem trabalhado e avançado bastante em relação à saúde bucal. Ele  
572 reconhece que há desafios, pois existe muita demanda, mas reitera que a SMS  
573 está de olho nisso e investindo, e há previsão de entregar próteses, nessa  
574 qualidade e em volume considerável no próximo ano, além da manutenção de  
575 todos os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e custeio, lembrando  
576 que hoje o maior CEO do país é o do Supercentro, um programa que recebe  
577 muito investimento. Em relação ao SISREG, realmente a demanda é grande,  
578 mas a oferta também, pois como mostrado, a SMS conseguiu mais que triplicar  
579 o número de ofertas, saindo de 750 mil, em 2020, para 3 milhões de ofertas

580 ano passado, entre consultas, exames e procedimentos. Ele comenta que foi  
581 possível zerar a fila de oftalmologia em dois meses quando abriu o Supercentro,  
582 mas hoje ainda é a maior fila, pois a demanda da população cresce quando se  
583 tem um serviço de qualidade, em que muitas vezes as pessoas acabam se  
584 deslocando do serviço privado, e passam a ser usuários do SUS. Rodrigo  
585 reitera que todas as pessoas, inclusive as que possuem plano de saúde,  
586 podem fazer uso do SUS, e que, apesar da demanda estar muito grande hoje,  
587 a SMS está conseguindo equilibrar com oferta, sem aumentar o número de  
588 dias na fila de espera, e explica que os dados da apresentação mostram o  
589 tempo médio de espera, pois avalia-se todos os procedimentos calculando-se o  
590 tempo médio, e, aqueles com tempos mais longos, estão sendo avaliados  
591 também, principalmente porque existem procedimentos nos sistemas de  
592 regulação federal e estadual. O **conselheiro titular Tomaz Pinheiro da Costa**  
593 (**SINMED**) também tece críticas à efetiva participação do Pleno como  
594 conselheiros, pois não é possível deliberar sobre as coisas às quais não se  
595 apropria, então uma apresentação de um plano denso e muito importante, não  
596 pode ser deliberada de forma açodada. Ele reconhece que gestores sabem  
597 muito melhor como fazer isso, mas é importante que se tenha tempo para  
598 analisar essa quantidade toda de exposições, e propõe que seria interessante  
599 que a apresentação fosse feita no território, para que todos pudessem ir para lá,  
600 conviver com esse plano, e assim ter mais condições de deliberar. Ele reitera  
601 que os conselheiros, principalmente dos segmentos profissional e usuário, não  
602 possuem tanto conhecimento técnico, e precisam se apropriar muito mais  
603 dessas questões, e comenta sobre a grande responsabilidade de se aprovar  
604 valores, afirmando que não possui conhecimento suficiente para deliberar  
605 sobre essa questão, que, se fosse para votar ações, saberia, e, portanto, é  
606 preciso ter tempo adequado de exposição, para poder ter uma visão melhor, e  
607 entendimento para poder votar. O conselheiro fala sobre a falta de honestidade  
608 nas relações para tratar da questão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários  
609 (PCCS), que é óbvio que não existe previsão para financiar o novo plano, pois  
610 quando é abordado o tema na Mesa de Negociação do SUS, é dito que não  
611 tem plano pois não há financiamento, ou então que não tem financiamento pois  
612 não há plano, e reforça que não é possível conviver com isso. Ele propõe que o  
613 Conselho Municipal de Saúde encaminhe uma proposta de financiamento para  
614 um Plano de Cargos, Carreiras e Salários digno. Em seguida, a **conselheira**

615 **titular Cíntia Teixeira de Souza Silva (SINERJ)** também tece críticas à  
616 questão do RH, em especial à falta de concurso público e o Plano de Cargos,  
617 Carreiras e Salários, em que não há previsão ou discussão sobre o tema, e que  
618 na Mesa de Negociação do SUS parece como uma “bola de pingue-pongue”,  
619 pois não há plano pela falta de orçamento e vice-versa. Ela reitera que o  
620 compromisso se estabelece quando inicia e constrói esse debate, esse  
621 compromisso financeiro, e afirma que a bancada de trabalhadores reivindica  
622 novamente o compromisso que essa Prefeitura deveria com os serviços  
623 fornecidos à população, pois mesmo com tanta precariedade, são os  
624 trabalhadores que estão lá na ponta, sustentando os serviços nas unidades. A  
625 conselheira aponta que não tem como aprovar o plano sem prever  
626 minimamente um Plano de Cargos, Carreiras e Salários e uma valorização dos  
627 serviços públicos, e comenta sobre a questão da saúde do idoso, que,  
628 enquanto cuidadora familiar, fica feliz em ver um avanço no percentual de  
629 atendimento da população idosa, mas questiona como e por quem será feito o  
630 cadastro dessas pessoas, tendo em vista que o Agende Comunitário de Saúde,  
631 por exemplo, tão assoberbado, não terá um olhar clínico para entender e se o  
632 cadastro será feito somente com base na idade e moradia. Ela diz que é  
633 preciso problematizar qual indicador é esse que se refere à saúde da  
634 população idosa, ou seja, é preciso debater a contextualização desses  
635 indicadores. Cíntia, em relação à questão da terapia nutricional, indaga se tem  
636 equipe para isso, se há profissionais suficientes para exercer esses serviços,  
637 alertando que há um déficit. Ela comunica que oficiou a Prefeitura sobre o  
638 déficit de nutricionista nas maternidades, como na Carmela Dutra, e até hoje  
639 não se preencheu esse déficit, então falar em ampliar, mas sem discutir e  
640 apresentar ao Controle Social qual o quadro de RH, é um plano insustentável.  
641 Cíntia diz que é preciso discutir modelos de gestão, pois, por exemplo,  
642 nutricionistas do Hospital Pedro II em Santa Cruz, contratados pela OS (SPDM),  
643 ganha um valor “x”, enquanto o profissional com as mesmas atribuições, da  
644 mesma OS (SPDM), no Hospital Cardoso Fontes, recém municipalizado, ganha  
645 um salário menor. Ela questiona como se prevê esse orçamento para o  
646 Hospital Cardoso Fontes e qual o valor que é embutido para o profissional que  
647 está atuando ali, e informa que entrou em contato com a coordenadora de RH  
648 da SPDM para negociar uma isonomia, antes de buscar uma judicialização,  
649 pois é inadmissível uma empresa pagar salários diferentes à trabalhadores

650 com as mesmas atribuições, em dois hospitais que o município administra, na  
651 verdade possui, porque terceirizou a gestão. Cíntia conclui que é importante  
652 problematizar essas situações para se apropriar disso, porque é o que se  
653 escuta e vivencia no dia a dia, então não é para ser apenas uma deliberação, a  
654 favor ou contra, é necessário debater, para poder fazer valer todas as nossas  
655 falas uma vez por mês aqui no plenário, então é preciso mudar esse quadro,  
656 essa planilha. Em seguida a **conselheira titular Julienne de Freitas Parada**  
657 (**SINDPSI/RJ**) reforça a fala dos colegas sobre a importância do Plano de  
658 Cargos Carreiras e Salários, recomposição salarial e concurso público,  
659 afirmando que é impossível um médico se aposentar pela Prefeitura com três  
660 salários mínimos. Ela aponta que a Secretaria Municipal de Saúde não dá  
661 conta da própria rede, que se ouve falar de falta de material para dentista, por  
662 exemplo, e questiona como a Secretaria Municipal de Saúde ainda fica  
663 querendo pegar a rede federal, alegando que esse processo foi feito através de  
664 um contrato que é ilegal, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade  
665 Civil – MROSC<sup>4</sup>. A conselheira comenta sobre os dados de 44% da adesão da  
666 população em situação de rua, e que não há serviço, e, como essas pessoas  
667 concentram-se na Zona Sul, onde o trabalho raramente está disponível, há  
668 lacunas também na rede de atenção, nos ambulatórios, pois os psicólogos  
669 estão se aposentando, ou seja, a rede está diminuindo cada vez mais e não há  
670 reposição. Além disso, a Secretaria Municipal de Saúde pretende substituir o  
671 ambulatório por deambulatório, o que não é possível, pois tem gente que  
672 precisa fazer psicoterapia. Outra questão é que onde há usuários de crack, não  
673 tem CAPS perto, o CAPS é subfinanciado, tem pouco profissional, e  
674 recentemente os psicólogos foram trocados por técnicos de enfermagem, o que  
675 é um absurdo, porque os conhecimentos são diferentes. Ela expõe que os  
676 poucos profissionais não têm pernas para ir à zona de uso para fazer o  
677 trabalho, que até é feito, mas de forma precária, e que existe estudo falando  
678 que o ideal seria que em cada zona de uso tivesse uma equipe de CAPS. A  
679 **conselheira titular Gabriella Santoro da Silveira Machado (ADOULAS-RJ)**  
680 comenta também sobre a dificuldade de aprovar o item da pauta, porque o  
681 Pleno não tem as bases da construção, e sugere que uma programação de

---

<sup>4</sup> Informações Disponíveis em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/entidades-de-assistencia-social/marco-regulatorio-das-organizacoes-da-sociedade-civil-2013-mrosc>>

682 saúde fosse feita nos moldes do ensinamento participativo, ouvindo diversas  
683 instâncias, as conferências distritais, municipais, estaduais, e principalmente os  
684 conselheiros, que estão na ponta, e teriam grandes contribuições para oferecer,  
685 para que fosse possível uma construção a partir de uma ferramenta muito mais  
686 democrática, e realista. Ela expõe que não identificou na programação de  
687 saúde a previsão de construção de Casas de Parto, o que vai contra a Lei Nº  
688 6282 de 21 de novembro de 2017, a primeira lei aprovada por Marielle Franco,  
689 que prevê uma Casa de Parto por Área Programática de saúde, que fará nove  
690 anos em 2026, e até o momento não foi construída nenhuma. A conselheira  
691 esclarece que o município tem apenas a maravilhosa Casa de Parto David  
692 Capistrano Filho, em Realengo, e questiona por que há previsão de construção  
693 de maternidade e não de Casas de Parto, tendo em vista que a última é o  
694 melhor instrumento e possui o melhor acolhimento para uma gestante de risco  
695 habitual, e não um ambiente hospitalar. Gabriella registra seu lamento pelo  
696 descumprimento da referida Lei, pede explicações sobre os dados da meta de  
697 redução da razão da mortalidade materna, se é a diminuição de cesáreas ou o  
698 aumento no número de partos normais, e questiona se o Comitê de Prevenção  
699 e Controle da Mortalidade Materna foi ouvido no processo de estabelecimento  
700 dessa meta. Ela questiona se a Prefeitura tem alguma prospecção de atender à  
701 Recomendação da Pesquisa “Nascer no Brasil 2”<sup>5</sup>, da Fiocruz, na programação  
702 para próximos anos, que envolve a presença de doulas para incentivar o  
703 aumento dos partos vaginais, a diminuição de cesáreas e da mortalidade  
704 materna, e se há previsão de inserir a profissional doula no SUS. O **Secretário**  
705 **Executivo da Secretaria Municipal de Saúde Rodrigo Souza Prado** comenta  
706 que, em relação ao PCCS, a SMS tem conversado com os Sindicatos que a  
707 têm procurado, e diz que a Secretaria está disposta a retomar com a Mesa de  
708 Negociação, desde que seja uma Mesa saudável, para discutir em bases que  
709 sejam razoáveis. Ele expõe que, em uma das Mesas, foi feita uma proposta  
710 que não cabia no orçamento, que iria aumentar o orçamento, só de RH da  
711 saúde, em dois bilhões de reais, e não é possível achar que a Secretaria tem  
712 como negociar esse tipo de aumento, e reitera a proposta de que a SMS está  
713 disposta a voltar a sentar e conversar, desde que dentro de bases que sejam  
714 razoáveis. O secretário expõe que nunca houve tantos funcionários

---

<sup>5</sup> Informações disponíveis em: <<https://nascernobrasil.ensp.fiocruz.br/>>

715 trabalhando na rede de saúde, reconhece que os servidores, cerca de 30%,  
716 dão a estrutura para a rede, o DNA, mas que são necessários diversos  
717 modelos para ajudar a SMS a mantê-la funcionando, tendo em vista que a rede  
718 é muito grande, pois precisa garantir o atendimento a mais de 6 milhões de  
719 pessoas, então tem sido feito o termo de colaboração, através do Marco  
720 Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, que não tem  
721 nada de ilegal. Ele afirma que são usados contratos de gestão, que a SMS tem  
722 PPP para a área meio, como a do Hospital Municipal Souza Aguiar, mas não  
723 para área fim, e também tem a empresa pública Rio Saúde, que vem ajudado  
724 com a gestão de algumas unidades e repondo RH em outras. Rodrigo afirma  
725 que, apesar dos diversos modelos, a SMS ainda tem muitas dificuldades, e  
726 justamente pelo enorme tamanho da rede, a solução de usar um modelo  
727 apenas, a deixaria engessada. Em relação à maternidade, hoje, cada vez mais  
728 há menos partos, e, de fato, a ideia não é construir mais unidades, mas sim  
729 reformar a Casa de Parto David Capistrano Filho, deixá-la nas melhores  
730 condições, e garantir, também, que todas as maternidades tenham condições  
731 de realizar o parto humanizado, pois a SMS prega e trabalha para que toda  
732 maternidade realize o parto vaginal humanizado, da maneira que mais seja  
733 confortável para a mulher. Ele reforça que, em relação à discussão do PCCS,  
734 os sindicatos têm procurado a SMS de forma isolada, que tem sentado com  
735 todos eles para conversar, então a Secretaria não está com a porta fechada  
736 para esse assunto, mas, realmente, é preciso sentar e ter uma proposta que  
737 seja razoável, senão fica difícil. Dando prosseguimento com a pauta, o  
738 **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Osvaldo Sérgio Mendes**  
739 coloca o **item 8**, deliberar a Programação Anual de Saúde de 2026, o  
740 **conselheiro titular Tomaz Pinheiro da Costa (SINMED)** solicita questão de  
741 votação, para dizer que sua proposta, sobre o Conselho Municipal de Saúde  
742 encaminhar à Câmara dos Vereadores uma emenda para obtenção de  
743 recursos para o PCCS, não foi considerada pela Mesa, e o **Presidente do**  
744 **Conselho Municipal de Saúde Osvaldo Sérgio Mendes** propõe que seja feita  
745 a votação do item 8, e em seguida seja deliberado o encaminhamento do  
746 conselheiro. Continuando, constatou-se que a PAS 2026 foi aprovada por  
747 maioria simples, com 06 (seis) votos contrários, e 03 (três) abstenções, e em  
748 seguida o **conselheiro titular Abílio Valério Tozini (FAM-RIO)** solicita  
749 declaração de voto para constar em ata, e expõe que o acordo com os

750 trabalhadores é uma questão orçamentária, que não foi possível fazer esse ano,  
751 e a negociação deveria estar na programação do ano que vem. Em adição, o  
752 conselheiro protesta para que em 2026, como já foi solicitado ano passado, a  
753 Programação Anual de Saúde seja de fato debatida, inclusive nos Conselho  
754 Distrital de Saúde, pois é neles onde as unidades de saúde estão, então a  
755 discussão precisa começar no território, com o propósito de possa avaliar o que  
756 funcionou ou não, o que precisa evoluir, inclusive em relação à necessidade de  
757 contratação de pessoal, para, aí sim, vir debater aqui [no Conselho Municipal  
758 de Saúde] mais de uma vez, não fazer com que os conselheiros deliberem  
759 meramente levantando ou não seus crachás. Ele complementa que o Pleno  
760 realmente quer participar desse debate, e reitera que sua declaração de  
761 abstenção é um protesto para que a Secretaria Municipal de Saúde use os  
762 conselheiros, inclusive para manifestar-se contra esse Estado que está  
763 roubando o dinheiro que ele deve repassar ao município, ou seja, trata-se de  
764 uma apropriação indevida que o governador está fazendo com recurso que não  
765 é dele, e esclarece que apropriação indevida é um nome bonito para roubo. Em  
766 seguida o **conselheiro titular Tomaz Pinheiro da Costa (SINMED)** inicia seu  
767 encaminhamento, dizendo que estamos simplesmente querendo resolver o  
768 dilema do ovo da galinha, pois a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Saúde  
769 não afirmaram que querem acabar com a carreira de servidor público, mas os  
770 conselheiros acham que querem, e, para que se possa dar um voto de  
771 confiança a essa afirmação, é preciso avançar com o Plano de Cargos  
772 Carreiras e Salários e com os Concursos Públicos. Ele aponta que o Secretário  
773 propõe a Mesa de Negociação, entretanto as reuniões têm sido um diálogo de  
774 surdos, tendo em vista que as propostas dos Sindicatos não são respondidas,  
775 e há sempre o argumento de que não é possível fazer um plano porque não  
776 tem orçamento e vice-versa. O conselheiro conclui sua fala propondo que o  
777 Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro encaminhe à Câmara dos  
778 Vereadores uma proposta de orçamento para o Plano de Cargos, Carreiras e  
779 Salários dos funcionários do município. Ao ser colocada em votação,  
780 constatou-se que a emenda do conselheiro foi aprovada por maioria simples. A  
781 **conselheira suplente Maria de Fátima Gustavo Lopes (SINDSPREV/RJ)**  
782 esclarece que o plano é construído na Conferência de Saúde, e pede a todos  
783 empenho para participar da próxima Conferência Municipal, a fim de reconstruir  
784 e apoiar o plano, pois tudo que foi apresentado hoje saiu do livro da 14<sup>a</sup>

785 Conferência Municipal de Saúde<sup>6</sup>. Então é preciso colaboração para elaborar  
786 bastantes propostas para caber dentro de um plano desses, principalmente em  
787 cada uma das 10 Áreas de Planejamento, por meio dos Conselhos Distritais de  
788 Saúde, para que possamos construir um bom plano. Ela explica que a Câmara  
789 dos Vereadores precisa orçar o PCCS, e somente com a aprovação é possível  
790 que a Prefeitura e a SMS consigam manter esse dinheiro para o  
791 reconhecimento dos servidores. A **conselheira suplente Liliane Cardoso de**  
792 **Almeida Leal (SMS)** agradece a todos os presidentes dos Conselhos Distritais  
793 de Saúde que entregaram o relatório sobre a Conferência Municipal de Saúde,  
794 cobrado durante oito meses, que subsidiou o Plano Plurianual, que é  
795 anualizado na Programação de Saúde, tendo em vista que todo o Pleno já  
796 tinha visto essas metas do PPA para quatro anos. Seguiu para o **item 9** da  
797 pauta, informe das Comissões do Conselho Municipal de Saúde, e o  
798 **conselheiro titular Abílio Valério Tozini (FAM-RIO)** afirma que pode ter sido  
799 esquecimento por parte do Secretário, mas ele [Abílio] tem certeza de que foi  
800 sim aprovado o concurso público, e que, inclusive, consta no relatório entregue  
801 pelo Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1. Em relação à Comissão de Saúde  
802 Mental, o conselheiro diz que irá apresentar o trabalho elaborado em reunião  
803 ordinária no próximo ano, em que haverá dois relatórios para aprovar, e um  
804 texto extenso de transcrição, para estudar. **Substituto do presidente e**  
805 **conselheiro titular Rene Monteiro de Almeida Júnior (GPV/RJ)** comunica  
806 que o I Fórum de Doenças Raras em 14/11/2025 foi um sucesso, com a  
807 presença de quase 90 pessoas, e foi elaborado um documento será  
808 encaminhado à Comissão Executiva em janeiro de 2026, para aprovar ou não  
809 que este seja apresentado e deliberado em reunião ordinária deste Conselho.  
810 Dando continuidade, seguiu para o **item 10**, informes do Colegiado, e o  
811 **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Sr. Osvaldo Sérgio Mendes**  
812 relata que nos dias 9 e 10 de novembro esteve em Brasília participando do  
813 Encontro Nacional de Presidentes e Secretários(as)-Executivos(as) dos  
814 Conselhos Estaduais e dos Conselhos Municipais de Saúde das Capitais, onde  
815 foram discutidos diversos temas, como o ato que irá acontecer no dia da saúde,  
816 e a situação dos Conselhos de Saúde, de modo que foi possível constatar que  
817 os Conselhos Estadual e Municipal de Saúde do Rio de Janeiro estão em uma

<sup>6</sup> Livro disponível em: <[https://saude.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/47/2023/05/Livros\\_14ConferenciaMunicipal\\_Final.pdf](https://saude.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/47/2023/05/Livros_14ConferenciaMunicipal_Final.pdf)>

818 boa posição e trabalhando bem em prol da população, em comparação a  
819 outros que, por exemplo, são comandados por políticos, o que é muito ruim, ou  
820 então, Conselhos que não possuem condições de trabalhar. Ele comunica  
821 também que em 18/11/2025 aconteceu a reunião dos Presidentes dos  
822 Conselhos Distritais e Municipal de Saúde com o Secretário Municipal de  
823 Saúde, onde articulou-se para que em 2026 possamos de fato trabalhar juntos  
824 e ter uma saúde melhor pra todos. Seguiu para o **item 11**, informes dos  
825 Conselhos Distritais de Saúde, e o **conselheiro titular Ludugério Antônio da**  
826 **Silva (CDS AP 5.1)** ressalta que a AP 5.1 possui uma Casa de Parto,  
827 construída em 2004 com muita luta de seu CDS, e que não foram construídas  
828 outras unidades devido a ações do Sindicato dos médicos. Ele relata que  
829 precisou arranjar um advogado para defender que a Casa de Parto funcionasse  
830 sem médico, e até hoje, ela possui 5.220 partos sem nenhum óbito, pois o  
831 Sindicato dos médicos e o CREMERJ continuou com as ações judiciais para  
832 que a unidade funcionasse com o médico. O conselheiro diz que a referência  
833 de Casa de Parto em Bangu é o Hospital Maternidade Alexander Fleming e o  
834 Hospital da Mulher Mariska Ribeiro, que se deu devido às ações judiciais  
835 citadas. A **conselheira titular Maria Rosilda Pereira de Azevedo Moreira**  
836 **(CDS AP 3.1)** convida todos para participarem da última reunião ordinária do  
837 ano acontecerá em 16/12/2025, às 09h, na CAP da AP 3.1, Rua São Godofredo  
838 51, Penha. O **conselheiro titular Reinaldo da Costa Pereira da Silva (CDS**  
839 **AP 4.0)** informa que seu Conselho está se planejando para 2026, e diz que  
840 estão um pouco perdidos em relação à agenda, conteúdo, etc da Conferência  
841 Distrital de Saúde. Em seguida ele pede que, em relação ao PCCS, o Conselho  
842 Municipal de Saúde repasse alguns pontos interessantes para que todos  
843 ajudem na construção de alguma coisa boa para ano que vem. A **conselheira**  
844 **titular Diva Kort Kamp de Azevedo (CDS AP 2.1)** também convida todos para  
845 participarem da última plenária no dia 16/12/2025 às 14h e comunica que a  
846 presidente do Conselho Distrital de Saúde Maria Edileusa Braga Freires foi  
847 convidada pelos Vereadores Carlos Caiado e Wagner Tavares para a  
848 Solenidade entrega de Moção de Congratulações e Louvor para Diversas  
849 Personalidades em 12/12/2025 às 14h na Câmara dos Vereadores. Seguiu  
850 para o **item 12**, informe da Secretaria Executiva e a **Secretaria Executiva do**  
851 **Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro Sra. Lúlia de Mesquita**  
852 **Barreto** expõe que encaminhou orientações aos 10 Conselhos Distritais de

853 Saúde para realizarem a renovação da Comissão Executiva e Substituto do  
854 Presidente, e solicita que os conselheiros façam esse processo com atenção,  
855 montando a Comissão Eleitoral, e reforça as orientações que foram enviadas  
856 por e-mail, como, quem possui 2 anos consecutivos de mandato não poderá se  
857 eleger, e deverá sempre manter a paridade, e diz que está à disposição para  
858 auxiliá-los. Ela informa também que foi elaborado um documento com as  
859 Comissões Temáticas do CMS, em um formato que possibilite que os membros  
860 se comuniquem, a partir da disponibilização do nome e telefone para contato  
861 de cada um, para que os conselheiros integrantes de Comissões voltem a se  
862 reunir e usem o documento como controle de frequência. [Até o final da reunião,  
863 Lúlia entregou o documento impresso para cada um dos membros das  
864 Comissões Temáticas]. No **item 13**, informes da gestão, a **conselheira**  
865 **suplente Liliane Cardoso de Almeida Leal (SMS)** informa que encaminhou  
866 um e-mail para que o Conselho Municipal de Saúde divulgue o Informe da  
867 Saúde de dezembro, orienta que os Conselhos Distritais de Saúde também  
868 façam a divulgação, assim como do calendário da saúde, deseja a todos um  
869 feliz natal, e anseia para que 2026 seja um excelente ano com muito trabalho e  
870 sucesso. Ela alerta que as Comissões Temáticas têm um papel fundamental na  
871 Conferência Municipal de Saúde, pois é nelas que são elaboradas as propostas  
872 que serão levadas aos Conselhos Distritais de Saúde, e reitera que o plano é  
873 feito a partir das Conferências, então é preciso ter uma Conferência madura,  
874 com uma diretriz forte e ampla, em que caibam diversas ações. A conselheira  
875 anseia que em 2026 todos possam estar mais unidos e fortalecer as  
876 articulações em prol desses trabalhos tão importantes. Seguiu para o **item 14**,  
877 informe do Colegiado, e a **conselheira titular Julienne de Freitas Parada**  
878 (**SINDPSI/RJ**) faz um alerta, principalmente aos representantes dos Usuários,  
879 sobre o que vem acontecendo no Hospital Federal de Bonsucesso, e que é  
880 importante levar essa pauta para os Conselhos Distritais de Saúde, o Grupo  
881 Hospitalar Conceição, responsável pela atual gestão, manifestou que pretende  
882 “fazer mais com menos”, que na prática quer dizer que continuarão usando  
883 potes indevidos para armazenar material, e que irão atender somente o  
884 território, apesar da unidade receber pacientes da baixada. Ela denuncia que  
885 há muito assédio moral contra os trabalhadores, os deixando estressados, as  
886 equipes foram subdimensionadas, não atendendo toda a estrutura que o  
887 hospital oferece, e que, no concurso público, para ser CLT, houve fraude, em

que pessoas com melhores classificações estão sendo preteridas, e assédio moral na convocação pelos avaliadores. A conselheira conclui pedindo que todos fiquem em alerta e compartilhem a preocupação sobre essas questões.

O conselheiro **titular Abílio Valério Tozini (FAM-RIO)** comenta sobre a fala do presidente sobre a desmobilização dos Conselhos, que se dá pela desmobilização da população, e permite que o autoritarismo prevaleça e tente tomar o poder, e alerta que é muito importante que a população se movimente, pois do contrário, só é possível mudar as coisas através da eleição. Ele diz ter ouvido no rádio, ontem, que a Prefeitura não irá mais disponibilizar remédios do Programa Farmácia Popular, critica que medicações que deveriam ser fornecidas nas Clínicas da Família sejam ofertadas em farmácia particular como a Pacheco, e afirma que é preciso lutar para que os medicamentos sejam disponibilizados nas unidades públicas de saúde. O **Coordenador da Metropolitana I, Sr. Jeronimo Sant'Anna** expõe que é conselheiro municipal de Mesquita, diz que aprende muito com o Presidente do Conselho Municipal de Saúde Sr. Osvaldo Sérgio Mendes, a conselheira Maria de Fátima, e que tornou-se conselheiro estadual em 12/08/2025. Ele agradece o convite do Roger Soares para participar da reunião, cumprimenta a mesa, parabeniza todos os presentes, reiterando que o Controle Social não é inimigo da gestão, mas sim cogestor, e, portanto é necessário que estejamos de mãos dadas para lutar e reivindicar pelos direitos do usuário, e dar o melhor de cada um de nós.

O conselheiro agradece novamente à Mesa, comenta sobre sua trajetória no Controle Social, e deseja a todos proteção divina em nome da Metropolitana I. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado o **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Sr. Osvaldo Sérgio Mendes** deu por encerrada a reunião às dezessete horas e dezessete minutos; convidou os presentes para uma seção de fotos e para participarem da confraternização, e eu, **Laura Guimarães Estrella Moreira** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com Presidente deste Conselho, **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes**.

918

919

920 **Laura Guimarães Estrella Moreira**

**Osvaldo Sérgio Mendes**

921

922

**Presidente do CMS.RJ**